

# Brasil é visto com confiança

Mercado financeiro acredita que o País superará a crise internacional com segurança

O Brasil não precisa se preocupar com a possibilidade de ruptura nos créditos externos. Embora todos os bancos internacionais tenham passado a controlar e examinar com muito mais cautela os pedidos de empréstimos, isso pode ajudar o Brasil, a quem não faltam recursos.

Esse comentário é de um dos mais importantes banqueiros de todo o mundo. David Rockefeller, que dirige o Chase Manhattan Bank. Mais significativamente, ainda, a posição de Rockefeller foi manifestada em um momento de retração no mercado financeiro internacional, que tem sua origem nos graves problemas mostrados por diversos países devedores, como México e Argentina. Para o caso brasileiro, entretanto, o clima é de compreensão. E isso acontece porque, para usar as palavras de outro importante banqueiro, ninguém menos do que Leland Prussia, do Bank of America, "o Brasil é diferente". O apoio do Fundo Monetário Internacional amplia ainda mais essa confiança.

Quando se reuniu a assembléia geral do Fundo, em setembro, o clima do mercado financeiro não podia ser mais negativo. A reunião realizava-se sob o impacto da inadimplência de um dos mais importantes países latino-americanos, o México, que acabava de anunciar a impossibilidade de cumprir seus compromissos.

Na verdade, a necessidade de um país renegociar sua dívida não constituía propriamente uma novidade. Diversas pequenas nações da Ásia e da África já o haviam feito. E o mesmo acontecera com a Polônia. O caso mexicano, porém, apresentava aspectos mais graves. Sua dívida era centenas de milhares de vezes maior que a dos países africanos e asiáticos em crise; exportador de petróleo, o México pedira e obtivera créditos substanciais. Diversamente da Polônia, não passava por agudas dificuldades políticas.

Mais do que enfrentar um caso isolado, o mercado financeiro internacional temia que o problema mexicano representasse apenas um ponto de partida. Temia que depois dele viesse o que já se qualificava de "quebradeira geral": dezenas de países procurando os credores para simplesmente comunicarem que não poderiam mais fazer frente aos compromissos que tinham assumido.

Realmente, havia motivos para esse temor. Conforme calculava o Banco Mundial em seu informe de 1982 sobre a economia mundial, recentemente divulgado, a dívida externa dos países em desenvolvimento chegara no final de 1981 a nada menos do que 517 bilhões de dólares. Para custeá-la, esses países precisariam desembolsar nada menos do que 51 bilhões de dólares no ano passado e o Banco Mundial previa para 82 um aumento dessa cifra para 56 bilhões de dólares.

Na origem desse problema estão acontecimentos como os sucessivos choques dos preços de petróleo, aliados à necessidade de busca de novas fontes de poupança para o desenvolvimento econômico. Nesse caminho, porém, os países em crescimento foram pegos de surpresa pela alta dos juros no mercado. As taxas de juros ultrapassaram a barreira dos 21 por cento ao ano, o que, como diria o ministro Delfim Netto, constitui um nível nunca visto desde os tempos do Código de Hamurabi. Se até 1979 os juros compunham cerca de um terço do serviço da dívida, no ano passado representavam quase a metade.

Dentro desse quadro, uma série de fatores contribuíram para agravar ainda mais a posição dos países em desenvolvimento. De acordo com o relatório do Banco Mundial, a década de 80 apresenta-se para eles com quatro perspectivas negativas: a) persistente debilidade dos preços dos produtos primários; b) deterioração das oportunidades de exportação; c) menor ajuda externa nos orçamentos das nações industrializadas; d) dificuldades para a obtenção de empréstimos em condições comerciais. Realmente, um panorama pouco promissor.

De quem seria a culpa por essa recessão, inesperadamente prolongada? O Banco Mundial não hesita em apontar como responsáveis as políticas econômicas adotadas pelos países desenvolvidos. Diz textualmente o relatório: "a continuada recessão atual é reflexo da tentativa dos principais países industriais de frear a inflação ao mesmo tempo em que adaptam suas estruturas produtivas às mudanças da economia mundial, ainda quando o ajuste se atrasa devido às baixas taxas de investimento por eles mesmos determinadas".

Seja quem for o culpado, porém, a situação aí está. O comércio mundial revela substancial declínio em suas taxas de crescimento — de 7,1 por cento em 1976 e 3,7 por cento em 1979, baixou para 1 por cento nos dois últimos anos, revela relatório do Fundo Monetário Internacional distribuído no último dia 15 — reduzindo as possibilidades de que os países em desenvolvimento melhorassem sua posição graças a superávits no balanço. Como não temer assim uma quebradeira?

Efetivamente, logo após a assembléia do FMI vários outros países deram sinais de que seguiriam o caminho do México, declarando-se sem condições de honrar os compromissos. O primeiro foi a Argentina, que tem uma dívida de quase 40 bilhões de dólares. Depois, vieram a Bolívia, com 3,8 bilhões, a Costa Rica, com 4 bilhões, o Equador, com 6,6 bilhões. E também já mostram problemas, iniciando negociações, a Venezuela, que deve pouco menos de 19 bilhões de dólares, o Chile, que deve 15,5 bilhões, o Peru, com cerca

Balanco de Pagamentos					US\$ bilhões
Discriminação	1979	1980	1981	1982 1/	1983 2/
<b>I. BALANÇO COMERCIAL (FOB)</b>	-2,8	-2,8	1,2	0,5	3,0
Exportações	15,3	20,2	23,3	21,0	23,0
Produtos primários	7,1	9,5	9,6	9,3	10,5
Produtos industrializados 3/	8,2	10,7	13,7	11,7	12,5
Importações	18,1	23,0	22,1	20,5	17,0
Petróleo bruto	6,3	9,4	10,6	10,1	9,0
Demais importações	11,8	13,6	11,5	10,4	8,0
<b>II. SERVIÇOS (excl. reinvestimentos)</b>	-7,2	-9,8	-12,4	-14,5	-12,9
Juros (líquido)	-4,2	-6,3	-9,2	-10,7	-9,1
Demais (líquido)	-3,0	-3,5	-3,2	-3,8	-3,8
<b>III. TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS</b>	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0
<b>IV. TRANSAÇÕES CORRENTES</b>	-10,0	-12,4	-11,0	-14,0	-6,9
<b>V. MOVIMENTO DE CAPITALIS</b>	6,8	8,9	11,6	13,6	6,9
Investimentos líquidos (excl. reinvestimentos)	1,5	1,1	1,6	1,5	1,5
Financiamentos de organismos internacionais, agências governamentais e "suppliers' credits" 4/	1,7	2,4	2,4	2,5	2,0
Empréstimos em moeda e outros capitais 5/	10,2	12,1	15,3	17,0	10,6
Amortizações	-6,6	-6,7	-7,7	-7,4	-7,2
<b>VI. SUPERÁVIT ou DÉFICIT</b>	-3,2	-3,5	0,6	-0,4	0,0

1/ Estimativas preliminares.

2/ Projeções.

3/ Exclui açúcar cristal e refinado, café solúvel e inclui "transações especiais".

4/ Inclui financiamentos brasileiros ao exterior (líquido).

5/ Inclui erros e omissões.

Fonte: Banco Central do Brasil.

de 11 bilhões. Nesses casos, não se trata de pedidos de ajuda financeira ao FMI, mas da declaração de inadimplência.

Com tudo isso, houve uma paralisação quase total nos empréstimos aos países em desenvolvimento. Durante duas semanas, muita gente, nos cinco continentes, prendeu a respiração, na expectativa do que adviria. E para muitos países não houve mais respostas favoráveis. O mercado estreitava-se, a desconfiança dos banqueiros crescia, os empréstimos não saíam.

Para o Brasil, no entanto, as coisas começaram a se passar de forma diversa. Após essas duas semanas de paralisação, no final de setembro a Petrobrás fechava uma operação do gênero conhecido como club deal, mediante a qual um grupo de dez grandes bancos concedia-lhe um crédito de 100 milhões de dólares, nas mesmas condições de juros e prazos que vinham sendo praticadas antes da crise agravada pela renegociação do México. Participavam desse empréstimo o Bank of America, o Chase Manhattan Bank, Citibank, Chemical Bank, Irving Trust Co., Manufacturers Hannover, Morgan Guaranty Trust Bank — todos dos Estados Unidos —, Industrial Bank of Japan e o Bank of Tokyo.

Esse empréstimo, conforme lembraria na ocasião o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, constituía a primeira operação do tipo club deal a ser fechada após a reunião do Fundo Monetário Internacional. Além disso, porém, ela trazia um outro significado bastante especial.

O empréstimo fora concedido por grandes bancos, por instituições financeiras de vulto, que dispõem de ampla rede de informações e podem assim avaliar com conhecimento de causa o risco que correm ao conceder créditos. Nessas condições, esse empréstimo representava uma espécie de aval para que outros bancos — especialmente os de pequeno e médio porte, que não contam com

as mesmas possibilidades de informação — retomassem o fluxo normal de operações.

Era, nas palavras de Serrano, "uma mensagem de confiança no País, que tiraria as instituições financeiras do estado de choque em que os colocara a situação mexicana e, principalmente, que serviria para restabelecer a normalidade do mercado". Sabia-se que o mercado se estreitara, o que aliás se refletiria em seguida na programação do setor externo para a economia brasileira no ano que vem. Mas mostra-se também que, para o Brasil, as coisas eram diferentes.

O presidente do Bank of America, Leland Prussia, que fez em outubro uma visita ao Brasil, confirmava essa posição, dizendo com todas as letras que "diferenciava" o País das demais nações de todo o mundo que enfrentavam dificuldades financeiras. Prometia ainda continuar emprestando ao Brasil a mesma quantidade de recursos ou até mais, no ano que vem, comparativamente aos créditos concedidos de modo global no ano passado e neste ano.

De onde vem essa diferença? Tornou-se quase um hábito, ao comparar o Brasil com os demais países em crise, referir-se ao potencial econômico do País. Afinal, o Brasil já é a sétima economia industrial do mundo, praticamente não precisa importar alimentos, colhe anualmente safras superiores a 56 milhões de toneladas de grãos, obteve um saldo significativo em sua balança comercial do ano passado.

Mais do que isso, está concluindo grandes projetos, dos quais o melhor exemplo é Itaipu, o que significa que essas obras não apenas deixarão de consumir recursos como passarão a produzir. E dispõe de riquezas ainda quase inexploradas, que por si só gerarão recursos em volume muito superior ao montante representado pela dívida externa do País. E o caso do Programa Grande Carajás, que avança em ritmo acelerado.

Não são apenas esses recursos, entretanto, que tornam o

Brasil diferente. Quem faz questão de frisar esse fato são os próprios banqueiros. "O País tem fôlego para superar essa fase de crise internacional", afirmava Joel Korn, vice-presidente para o Brasil do Bank of America, após uma reunião com o ministro Delfim Netto em companhia de Leland Prussia.

Michael Curtin, vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, mostrava alguns dias depois por que o Brasil tem esse fôlego. O perfil da dívida externa brasileira é bastante diverso do apresentado por outros países: "As amortizações que devem ser feitas pelo Brasil não são sobre recursos tão grandes, nem por prazos tão curtos quanto nos casos de outras nações".

Essa é uma decorrência da política prudente permanentemente adotada pelo governo brasileiro. O Brasil buscou sempre a obtenção de créditos a prazo mais longo, evitando empréstimos de curto prazo sempre que possível. A dívida brasileira de curto prazo, mesmo tendo crescido um pouco após a crise deste ano, proporcionalmente representa muito menos do que a apresentada pela maioria dos países devedores.

Mais do que isso, conforme ressaltava o ministro Delfim Netto há algumas semanas, a dívida externa brasileira é igualmente distribuída no tempo. "Nós não temos um ano de pique", ressaltava o ministro. "Quantos editoriais foram escritos, criticando-nos, porque pagávamos um spread pouco mais alto?", perguntava ele, para responder em seguida: "Agora, tudo está se esclarecendo, pois se vê que pagávamos um pouquinho a mais porque só aceitávamos dinheiro a um prazo mais longo e se percebe as vantagens disso".

Precisamente esse aspecto seria ressaltado por um observador importante, o embaixador norte-americano no Brasil, Langhorne Anthony Motley. Fa-



## A ECONOMIA AJUSTADA A 83

CORREIO BRAZILIENSE — 7  
23 de dezembro de 1982

# Na política econômica, a garantia

lando a empresários de seu país, reunidos em outubro na Câmara de Comércio de Nova Iorque, ele assinalaria que o Brasil é diferente dos demais países, tanto no que se refere à sua estrutura econômica quanto à estrutura de seu débito externo.

Fazendo uma comparação direta com o México, Motley registrou que, enquanto o débito externo per capita mexicano é de 1.113 dólares, o brasileiro fica em 594 dólares. Mais do que isso, demonstrou o embaixador aos empresários, enquanto os mexicanos sofrem os efeitos da queda dos preços do petróleo no mercado internacional — uma consequência da mesma crise que teve no petróleo seu ponto de partida — o Brasil está em outra posição.

De acordo com Langhorne Motley, "o Brasil tem sua economia de tal forma diversificada e equilibrada que se torna mais apto a absorver e ajustar-se aos choques externos, seja dos preços do petróleo dos produtos primários ou das variações da demanda mundial". Em outras palavras, o Brasil dispõe de uma estrutura econômica que não o coloca à mercê deste ou daquele estreitamento de mercado.

Joel Korn frisava essa mesma adequação das condições da dívida aos recursos com que conta o País. "A dívida externa brasileira é muito bem administrada e as medidas tomadas pelo governo na área econômica mostram sua decisão e competência de gerenciamento tanto na área pública quanto na área privada", apontava o vice-presidente do Bank of America.

O Libra Bank, Inglês, fez questão de destacar esse ponto em um comunicado divulgado nesse mesmo mês de outubro, no momento em que um conjunto de bancos ingleses, americanos e japoneses, por ele liderados, firmava um novo contrato de empréstimo, desta vez destinado à Eletrobrás. "As autoridades brasileiras conseguiram demonstrar o mais alto grau de competência e profissionalismo na administração de sua dívida externa; como consequência, o Brasil evitou problemas que alguns de seus vizinhos têm experimentado, resultantes da sua avidez em tirar vantagem de ofertas de empréstimos de curto prazo e baixo custo para financiar investimentos com longo período de retorno", dizia o comunicado, antes de lembrar que, dessa forma, "o Brasil teve habilidade para manter sua dívida com um perfil de causar inveja a seus vizinhos".

Os efeitos práticos desse perfil saudável da dívida foram destacados por outro banqueiro, o presidente do Banco de Boston, William Brown. Quando mais se falava em renegociação da dívida externa de diversos países latino-americanos, Brown demonstrava que "ao estabelecer prazos longos de amortização, o Brasil conseguiu todas as vantagens que poderiam vir de uma renegociação sem precisar recorrer a elas".

Após um almoço com o ministro da Fazenda, Ernane Galveas, William Brown reconheceu que o Brasil, como todos os

demais países em desenvolvimento, está enfrentando dificuldades e atribuiu-as sobretudo à alta dos juros externos. Afirmando porém que, com a queda dos juros e a tendência à recuperação da economia mundial, o País terá melhores preços para suas commodities e ampliará assim as exportações. Até lá a boa gestão da sua dívida externa dará condições para que o Brasil mantenha seus compromissos.

Além de garantir o perfil da dívida, os banqueiros destacam que o Brasil tem apresentado projetos "bem elaborados e de boa rentabilidade", para usar as palavras de David Rockefeller. E por esse motivo que o País poderá até beneficiar-se do fato de que os bancos internacionais, sejam eles grandes, médios ou pequenos, passaram a controlar e examinar com cautela muito maior os pedidos de crédito.

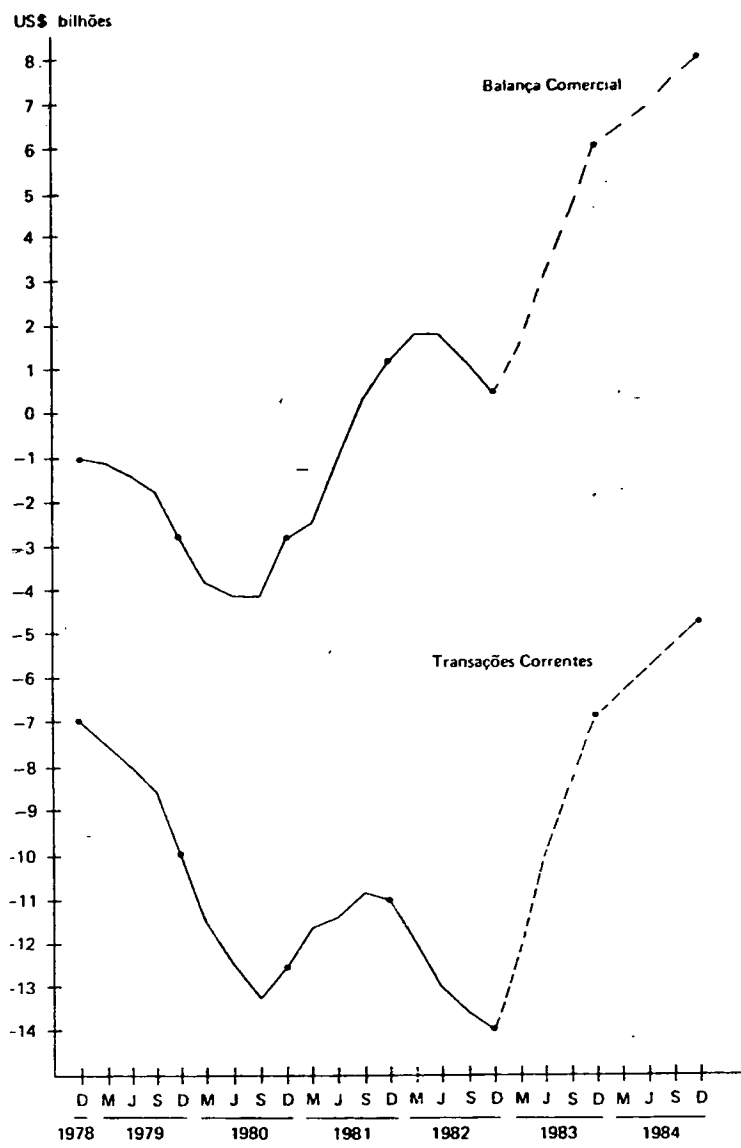
E o que assinalava também o comunicado do Libra Bank. Ao recordar que "a longo prazo ocorrerão mudanças em todos os países, que tornarão alguns deles mais acessíveis ao crédito do que outros" e admitir que se vive um período de restrição de empréstimos — "de que há, houve e haverá outros" — o Libra Bank destacava que o projeto em que investia apresenta-

va atrativos especiais. Tratava-se da expansão da capacidade de geração de eletricidade em uma área brasileira reconhecidamente deficiente, para atender a uma demanda imediata. Thomas Gaffney, diretor-geral da Petrobrás, preocupou-se em assinalar esse fato.

Esse ponto de vista foi manifestado também por agências multilaterais de financiamento. Após uma visita a Washington, o secretário-geral da Seplan, Flávio Pécora, pôde anunciar que o Banco Mundial assumira o compromisso de praticamente dobrar os recursos destinados ao Brasil no ano que vem. O valor dos empréstimos concedidos ao País em 1983 passaria assim de 800 milhões de dólares para 1 bilhão e meio.

"Nós temos confiança no Brasil e em seu clima de investimento", diria na capital norte-americana o vice-presidente executivo da Corporação Financeira Internacional a instituição do Banco Mundial que carrega a assistência aos setores privados das economias em vias de desenvolvimento. O vice-presidente, Hans Wuttke, lembraria ainda que as aplicações feitas no Brasil correspondem a aproximadamente um quinto do total dos investimentos feitos pela Corporação em todo o mundo.

O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO SETOR EXTERNO  
Balança Comercial e Transações Correntes  
Dados trimestrais acumulados em 12 meses



Essa posição é manifestada não apenas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, órgãos multilaterais, mas inclusive por governos de outros países, que examinam com atenção a situação dos países em desenvolvimento. Ao elogiar a administração da dívida externa brasileira, o presidente do Banco de Boston, William Brown, lembrou que essa posição é compartilhada pelo Departamento de Estado norte-americano. O próprio secretário de estado, Donald Regan, afirmou pouco antes, em Washington, que o Brasil superaria sem problemas maiores as dificuldades econômico-financeiras enfrentadas por todo o mundo.

E o que está podendo constatar o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, nas sucessivas viagens que tem feito para explicar a programação financeira do Brasil para o ano que vem. Após reunir-se com banqueiros alemães, que representavam o Dresdner Bank, o Commerzbank, e o DG Bank, alemão Deutsche Bank, o Banco Central de lá, Langoni podia assegurar que o Brasil mantinha sua credibilidade nas grandes praças financeiras europeias.

O presidente do Banco Central vinha de Londres, onde acabara de acertar financiamentos de 200 milhões de dólares com dois grandes bancos ingleses. Conforme registraria o Financial Times, a missão de Langoni já fora precedida de uma notícia que ajudaria a criar um ambiente favorável: na esteira de outras negociações, empreendidas previamente pelos ministros Delfim Netto e Ernane Galveas, um pool composto pelos seis maiores bancos norte-americanos acertara um empréstimo tipo bridge loan de 650 milhões de dólares ao Brasil. Participavam dessa operação o Citibank, Morgan Guaranty, Chase Manhattan, Chemical Bank, Manufacturers Hannover e o Bank of America.

Na verdade, a capacidade de adaptação do Brasil às dificuldades surgidas no quadro internacional não constitui novidade para os observadores externos. O Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, divulgou no início de novembro um relatório no qual afirma que o Brasil procurou se ajustar ao aumento da conta do petróleo, aos elevados juros no mercado financeiro e a recessão mundial "melhor que os países desenvolvidos". E o Banco Mundial mencionou especialmente as iniciativas brasileiras no setor agrícola como um importante fator de adequação às dificuldades externas.

Basicamente, portanto, a programação do setor externo da economia brasileira para 1983 é que veio reativar a confiança que o exterior já tinha no País. "Penso que o Brasil fez o melhor trabalho que conheço, em matéria de tratamento da dívida externa, com a combinação em termos de prazos e custos", afirmava Alva Way, presidente da American Express International Banking Corporation. "Essa administração, com as medidas que vêm sendo adotadas", completa Joel Korn, do Bank of America, "mostram a

decisão e a competência de gerenciamento do País, tanto na área pública quanto no setor privado".

A programação do setor externo da economia brasileira para o próximo ano, frisam os observadores do Exterior, traz uma mudança significativa de enfoque. Nos anos anteriores, partia-se de metas de exportação para determinar o saldo provável da balança comercial, definindo-se assim o déficit em contas correntes. Chegava-se assim ao volume necessário de empréstimos em moeda. Num mundo em crise, com redução da liquidez no mercado financeiro internacional e com retração nos bancos, essa estratégia foi alterada.

Antes de mais nada, o governo procurou conhecer exatamente que recursos externos poderia obter. Foi em função dessa manobra, que chegou a ser chamada de "reconhecimento de terreno", que se estabeleceu um nível máximo para o déficit em transações correntes. Uma tarefa delicada consistiu em conhecer com exatidão o volume de empréstimos que seria acessível ao Brasil.

Esse volume consta da programação financeira para 1983, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional no final de outubro e exposta agora aos meios financeiros internacionais. Seria, segundo esses cálculos, de 10,6 bilhões de dólares. O governo não fixou arbitrariamente esse valor: ele foi obtido através de contatos mantidos pelo ministro Delfim Netto nos Estados Unidos e na Europa. Na linguagem da programação aprovada pelo CMN, constitui uma "estimativa feita em função do acréscimo factível de exposure dos bancos internacionais junto ao Brasil".

Essa orientação foi combinada com um cálculo preciso da balança comercial. Ela deverá apresentar um saldo elevado, da ordem de 6 bilhões de dólares. Mas para se chegar a esse volume não se partiu de uma estimativa otimista das exportações brasileiras. As previsões para elas são bastante moderadas, pois sabe-se perfeitamente que as vendas estão condicionadas à evolução da conjuntura internacional.

Nessas condições, o superávit na balança será assegurado pela contenção das exportações, limitadas a 17 bilhões de dólares. O saldo será alcançado mesmo com um crescimento relativamente modesto das exportações, calculado em 9,5 por cento, número compatível com a perspectiva de alguma recuperação no ritmo de atividade econômica dos principais países industrializados em 83.

Dentro desse quadro, conforme assinalam os experts do mercado financeiro internacional, o Brasil obterá um superávit substancial e reduzirá sua necessidade de crédito externo. E, mais importante, garantirá não só a confiança do Exterior como a possibilidade de continuar crescendo. Nas palavras do ministro Delfim Netto, "se ha no mundo algum país em condições de crescer, de realizar o seu desenvolvimento, esse país é o Brasil".